



Conselho Geral

Ata número quarenta e cinco

Aos vinte (20) dias do mês de junho de dois mil e dezassete, pelas dezoito horas e trinta minutos, sob a presidência da professora Rosária Arroja, reuniu o Conselho Geral do Agrupamento de Escolas José Maria dos Santos, com a presença dos membros que constam na folha de registo de presenças.

A ordem de trabalhos da reunião teve os seguintes pontos, tal como indicado na convocatória do dia doze (12) de junho de dois mil e dezassete:

1. Informações relativas ao pedido de consulta dos relatórios e carta recebida a oito de junho da parte da candidata Emília Paulino (Procedimento Concursal de Eleição do(a) Diretor(a) para o Quadriénio 2017- - 2021.
2. Análise e discussão do relatório de avaliação interna relativo ao 2º período, do ano letivo 2016/2017, de acordo com a alínea k), do artigo 13º, do Decreto-Lei nº 137/2012, de 2 de julho.
3. Apresentação e reflexão sobre os índices de concretização da Carta de Missão da Diretora do Agrupamento (a partir de março dois mil e dezasseis).
4. Apresentação do relatório final da Auditoria ao Sistema de Controlo Interno (SCI), levado a cabo pela IGEC, de onze de janeiro a oito de fevereiro, de dois mil e dezassete.
 - 4.1. Informações sobre a Ação Inspetiva no âmbito da Educação Especial.
5. Ano letivo de 2017/2018 – informações da Rede Escolar.

Dando início à Ordem de Trabalhos, e no seu primeiro ponto - Informações relativas ao pedido de consulta dos relatórios e carta recebida a oito de junho da parte da candidata Emília Paulino (Procedimento Concursal de Eleição do(a) Diretor(a) para o Quadriénio 2017 – 2021) a Presidente do Conselho Geral, professora Rosária Arroja, informou o Conselho Geral que a candidata Emília Paulino solicitou reunião para análise do processo de candidatura e respetivo relatório. A referida reunião foi agendada para o passado dia 8 de junho. No mesmo dia, a candidata apresentou nova carta a solicitar esclarecimentos, os quais pretendia ver esclarecidos na reunião agendada para o mesmo dia.

Na reunião de dia oito de junho, com a Candidata estiveram presentes a Presidente do Conselho Geral, a representante dos professores do primeiro ciclo, Dora Félix e a representante do Pessoal Não Docente, Edite Branco.

A candidata estava convencida que o outro candidato – professor Carlos Vilas – era membro do Conselho Geral à data das eleições. Foi informada que o professor Carlos Vilas renunciou ao cargo que tinha no Conselho Geral ainda antes de comunicar a candidatura a Diretor do Agrupamento.

A candidata pediu esclarecimentos no âmbito do processo eleitoral, e afirmou que se encontrava de boa-fé. Depois de ter tido a oportunidade de consultar o processo a candidata foi informada pela Presidente do Conselho Geral que todos os trâmites legais foram escrupulosamente cumpridos antes, durante e após o processo eleitoral, de acordo com a Lei e a Circular Número 11.

A DGAE e a DGEST foram também informadas dos pedidos da candidata Emília Paulino, e da já referida reunião.

A Presidente do Conselho Geral informou o Conselho Geral que apesar das solicitações da Candidata Emília Paulino, o processo decorre dentro do previsto, sem paragens e assim prosseguirá a não ser que a DGAE, no âmbito da consulta realizada, informe em sentido contrário.

A Diretora Guilhermina Ramos observou que o pedido de esclarecimento de exclusão já não seria válido, porque não foi apresentado dentro do prazo. A Presidente informou que, ainda assim foram dados os esclarecimentos à professora Emília Paulino. As entidades superiores seriam também informadas e mantidas ao corrente de todo o processo.

De seguida passou-se ao segundo ponto da Ordem de Trabalhos - Análise e discussão do relatório de avaliação interna relativo ao 2º período, do ano letivo 2016/2012, de acordo com a alínea k), do artigo 13º, do Decreto-Lei nº 137/2012, de 2 de julho.

A Presidente do Conselho Geral, professora Rosária Arroja informou que o presente relatório chegou dois dias depois do último Conselho Geral. Só estava a ser apresentado agora devido ao ano atípico que se viveu na escola, em termos de calendário escolar, em especial no terceiro período (tolerância de ponto, greves da Função Pública e processo eleitoral da nova Direção).

Informou que as dúvidas expressas pelo Conselho Geral tinham sido passadas ao professor Vítor Miguel, mas que, apesar disso, a forma do relatório não variou muito. No entanto, referiu que algumas anotações tinham sido consideradas.

A professora Conceição Henriques realçou que o facto dos alunos com um plano educativo individual (PEI) avaliados com os mesmos critérios de avaliação dos restantes alunos tem um impacto considerável na taxa de insucesso dos alunos do primeiro ano. Questionou se o plano de intervenção estratégico para combater o insucesso não deveria estender-se, no próximo ano letivo, no final do primeiro período, a estes alunos, caso fossem registadas necessidades de intervenção no domínio da leitura e escrita.

A professora Dora Félix reforçou a observação da professora Conceição Henriques afirmando que fazia sentido a proposta. Referiu que o plano de intervenção no segundo ano foi interessante e talvez seja justificável uma intervenção mais precoce. A intervenção no primeiro ano, em português, fazia sentido uma vez que muitas crianças não conseguem alcançar as metas curriculares do primeiro ano.

Considerou que algumas metas têm um grau de exigência que está demasiado elevado para a maturidade de muitos dos alunos do primeiro ano. Existe um número de crianças por sala muito elevado. Também existe uma pressão para as provas de aferição no segundo ano que servirão, esperamos, para dar pistas à escola. A professora Dora Félix considerou ainda que há crianças que transitam ao segundo ano de escolaridade, mas com insucesso a Português e a Matemática, pelo que tendo essa informação em consideração, assim como o nível de maturidade da criança, faz sentido serem integradas em turmas do primeiro ano, estando os pais sensíveis para isso. A professora Conceição Henriques reforçou que as metas são exigentes, tendo em conta a maturidade psicológica das crianças mas que não há lugar à retenção no primeiro ano de escolaridade, pelo que compete à escola arranjar estratégias adequadas para fazer a recuperação.

A Presidente do Conselho Geral gostaria de ter outros resultados no presente relatório, mas talvez no último período, os resultados possam ser melhores nalgumas disciplinas. O insucesso e a indisciplina “andam de mãos dadas”. A Diretora Guilhermina Ramos informou que os alunos em questão são, mais ou menos, sempre os mesmos.

A Presidente informou que o Conselho Geral ficaria a aguardar os resultados de final de ano para análise num próximo Conselho Geral, e a Diretora Guilhermina Ramos convidou os elementos

Não Docentes do Conselho Geral para integrar a equipa que elabora este relatório. Rui Costa, representante dos Pais e Encarregados de Educação, perguntou qual era o procedimento a seguir para quem pretendesse participar na referida equipa. A Diretora esclareceu que bastava enviar um pedido a solicitar a participação e que o mesmo seria reenviado posteriormente ao professor Vitor Miguel.

Avançou-se na Ordem de Trabalhos para o terceiro ponto - Apresentação e reflexão sobre os índices de concretização da Carta de Missão da Diretora do Agrupamento (a partir de março de dois mil e dezasseis).

A Presidente do Conselho Geral informou que a função deste Órgão no âmbito da Carta de Missão da Diretora do Agrupamento é de acompanhar e refletir. Optou-se para uma análise mais tardia considerando o final de mandato da Diretora, conforme registo na ata nº 43 deste Conselho.

A Diretora disse que pegou na anterior avaliação, ocorrida no tempo do anterior Presidente do Conselho Geral, professor José Carlos Sousa, e que realçou a bold o que tinha sido realizado após março de dois mil e dezasseis (data da última avaliação). Mencionou os seguintes pontos realizados desde então:

1. Participação dos Encarregados de Educação nos Conselhos de Turma Extraordinários;
2. Realização da visita anual dos EE dos alunos do 4º ano com colaboração da Associação de Pais;
3. Formação levada a efeito pela Educação Especial com o apoio da APPACDMI;
4. Implementação do Plano estratégico para combater a indisciplina e o insucesso escolar e de um projeto do SPO;
5. Realização de ação sobre alimentação que tinha sido anteriormente adiada;
6. Concretização do que estava pendente relativo à ação de formação sobre supervisão pedagógica através do centro de formação. Foi limitada a três pessoas, razão pela qual não foram todos os interessados, apesar da Diretora ter inscrito os mesmos mais do que uma vez;
7. Continuação da reformulação do Regulamento Interno que é uma atividade continua em atualização sempre que se sente necessidade ou existe nova legislação;
8. Realização de reuniões com os delegados e subdelegados de turma do 5º ano, no âmbito do projeto “Eu Participo” e com outros alunos, no âmbito do OPE (Orçamento Participativo das Escolas);

A Presidente do Conselho Geral considera que se divulga pouco o “muito” que se faz. Os pais ficam mal informados das atividades que são realizadas. A meia página de Jornal publicado a cada quinzena, no Jornal de Pinhal Novo, publica notícias sobre as atividades do Agrupamento. Deveriam ser tomadas ações para colmatar o desfasamento de tempo entre a comunicação e as atividades.

Maura Ribeiro, representante dos Pais e Encarregados de Educação manifestou dúvidas relativas à visita anual dos Encarregados de Educação à escola Sede do Agrupamento no primeiro dia do ano. A Diretora informou que a visita foi realizada com o suporte da Associação de Pais no primeiro dia no ano escolar. Maura Ribeiro questionou se não seria mais produtivo fazer essa visita no final do quarto ano. A Diretora informou que não existem recursos para garantir isso. Maura Ribeiro recomendou então que deveria ser alterada a referência aos alunos do quarto pois quando a visita é realizada pelos Encarregados de Educação dos alunos, os mesmos já se encontram no quinto ano. A Diretora informou que alteração das datas para o 1º dia de aulas foi acordada com a Presidente da Associação de Pais, da Paula Reis. Foi constatado que a observação realizada pela Maura Ribeiro, relativamente à necessidade de alterar a referência aos alunos do 4º ano para alunos do quinto ano, deve ser também estendida aos alunos do Pré-Escolar, pois quando ocorrem as visitas pelos Encarregados de Educação estes alunos já não são alunos do Pré-Escolar.

De seguida passou-se ao quarto ponto da Ordem de Trabalhos - Apresentação do relatório final da Auditoria ao Sistema de Controlo Interno (SCI), levado a cabo pela IGEC, de onze de janeiro a oito de fevereiro, de dois mil e dezassete.

De seguida passou-se ao quarto ponto da Ordem de Trabalhos - Apresentação do relatório final da Auditoria ao Sistema de Controlo Interno (SCI), levado a cabo pela IGEC, de onze de janeiro a oito de fevereiro de dois mil e dezassete.

A Subdiretora, professora Natividade Azeredo, apresentou o relatório da última Auditoria ao Sistema de Controlo Interno (SCI), e a primeira desde fevereiro de dois mil e dez. As recomendações do relatório da Auditoria de dois mil e dez tinham sido cumpridas e foram alvo de elogio.

A Auditoria agora realizada teve um período de observação que durou cerca de um mês, entre janeiro e fevereiro de dezassete. A Direção teve pouca intervenção ao longo do processo e apenas esteve presente no início e no final, numa reunião de fecho, em que a IGEC deu a entender que estava agradada, mas deixava algumas recomendações.

No início de março de dezassete a Direção recebeu o Relatório Preliminar da Auditoria realizada e teve dez dias para apresentar o *Contraditório*. A 31 de maio foi recebido o Relatório Final homologado pelo Subdiretor-Geral da IGEC. Efetuada a primeira leitura, a Subdiretora confessou ter

ficado muito tranquila, apesar de alguns aspetos com necessidade de intervenção e que fez questão de realçar:

1. As *Reconciliações Bancárias* estavam tecnicamente mal elaboradas - aspeto que, segundo a Subdiretora, o Conselho Administrativo não tem condições para detetar, dado que não avalia cada lançamento que é realizado pelas Assistentes Técnicas responsáveis. Se os resultados estão bem, é porque tudo está bem e por esse mesmo motivo é que não foram perceptíveis esses erros técnicos que foram identificados pela IGEC. Logo em fevereiro foram tomadas medidas para evitar que voltassem a acontecer tais erros.
2. Não foram detetados desvios de dinheiros. Este facto deixou muito satisfeita e tranquila a Subdiretora.
3. Não foram encontradas diferenças entre os valores recebidos e os valores depositados. Foi evidente uma preocupação clara e intencional da IGEC em deixar claro que o conselho Administrativo não tinha situações anómalas, apesar dos erros técnicos detetados nas Reconciliações Bancárias.
4. Foram também identificadas algumas falhas no processamento de alguns abonos e remunerações. A Subdiretora revelou que foram situações pontuais, poucas considerando que foram observados mais de dois mil registos de abonos e vencimentos, sendo que as situações identificadas já foram corrigidas. A Subdiretora justificou estas falhas com as muitas alterações legislativas ao longo dos últimos anos no que aos abonos e remunerações diz respeito.
5. O Conselho Administrativo foi também alertado para o facto de não poderem ser celebrados contratos sem ser através dos Acordos Quadros. A Subdiretora considera que não é de todo viável seguir este procedimento para todos os contratos de aquisição e manutenção. Será uma *"dor de cabeça"* gerir assim no futuro, mas que, de acordo com as orientações agora recebidas, se trata de situação a ser alterada pelo novo Diretor. É, nas suas palavras, mais um sinal de perda de autonomia por parte do Agrupamento.
6. Até aqui, o Conselho Geral aprovava as linhas orientadoras da ASE, sendo que o Presidente do Conselho Geral solicitava à Direção para as preparar. Ora, este não é o procedimento correto a seguir, uma vez que cabe ao Conselho Geral esta função. À Direção cabe apenas a tarefa de as executar. A Presidente do Conselho Geral, Rosária Arroja, informou que apenas deu continuidade ao que o anterior Presidente fazia, e que a situação será corrigida.

7. A Subdiretora chamou a atenção para a observação curiosa realizada no âmbito da confrontação das refeições pedidas *versus* a evidência do esforço que o Agrupamento realiza para evitar que os alunos utilizem as senhas e não haja desperdício. A curiosidade está no facto de os alunos que maior desperdício de senhas apresenta serem os de Escalão A.
8. Foram também referenciados os horários do buffet: a abertura às nove horas não permite aos alunos a possibilidade de utilizar o serviço antes do início das aulas – às oito horas e dez minutos. A Subdiretora considera este cenário – o de alteração dos horários para permitir a abertura antes do início das aulas – impossível de se realizar devido à insuficiência de funcionários. Para tal, as funcionárias teriam que assegurar um horário mais alargado, pois o horário de fecho é às dezoito horas e vinte minutos. Foi uma observação realizada pela IGEC sem recomendação.
9. Foi também solicitada a correção de procedimentos no circuito da despesa. A Legislação explícita que o processo do circuito da despesa começa com a elaboração da *Relação das Necessidades* e respetiva aprovação pelo Conselho Administrativo; só depois é que deve ser elaborada a *Requisição*. Não era este o procedimento em vigor no Agrupamento no que à autorização das Relações de Necessidades respeita: a Diretora Guilhermina Ramos aprovava as Relação de Necessidade da ASE e a Subdiretora aprovava as Relações de Necessidades gerais relacionadas com despesas por conta do Orçamento Geral. O processo foi de imediato alterado, desde oito de fevereiro de dezassete, seguindo a recomendação e a legislação em vigor, passando todas as Relações de Necessidades a ser assinadas pelos três membros do Conselho Administrativo. A Subdiretora fez questão de sublinhar que se tratava de um erro cometido unicamente por desconhecimento.
10. Foi a Direção alertada para o facto de os seus membros deverem gozar os dias de férias a que têm direito. A Subdiretora realçou que ela própria termina as funções na Direção com cerca de quatrocentos dias de férias por gozar, dias que colocou ao “*serviço da Nação*”. A Presidente do Conselho Geral, Rosária Arroja, disse que estas situações ocorrem a quem ocupa lugares de responsabilidade e que considera que estas recomendações são no sentido de procurar evitar o pagamento das férias não gozadas.

O relatório termina com um louvor ao Conselho Administrativo e às Assistentes Técnicas que facultaram toda a informação solicitada com “*abertura, sem inibição ou reticências*”.

Foi ainda reconhecida a postura do Conselho Administrativo que reuniu extraordinariamente 8 dias depois da reunião final da Auditoria para corrigir tudo o que era possível alterar. A ata dessa reunião foi enviada em anexo ao *Contraditório* elaborado sobre o Relatório Preliminar.

A Subdiretora mostrou-se satisfeita com o relatório apesar das pequenas observações realizadas. Espera que o novo Conselho Administrativo dê continuidade ao trabalho realizado até agora.

Foi solicitada pela IGEC a divulgação do Relatório junto do Conselho Geral. A Direção enviará o mesmo à Presidente que o fará chegar aos restantes elementos do Conselho Geral.

A professora Dora Félix considerou que o Conselho Geral deveria reconhecer o trabalho da Direção.

Terminado o ponto anterior a Presidente do Conselho Geral passou ao ponto 4.1 da Ordem de Trabalhos - Informações sobre a Ação Inspetiva no âmbito da Educação Especial.

A Presidente do Conselho Geral informou que a equipa que realizou a Ação Inspetiva no âmbito da Educação Especial informou do que pretendiam, solicitou informação, escolheu os processos por amostragem, visitaram as escolas, as salas de aulas e os recreios, falaram com pais, professores e funcionários e, no fim, foi realizada uma reunião final com a Diretora Guilhermina Ramos, a Subdiretora, Natividade Azeredo e a Presidente do Conselho Geral Rosária Arroja. Daquilo que referiram na referida reunião, ficaram muito agradados e elencaram algumas recomendações. O relatório desta Ação Inspetiva deve chegar apenas em setembro.

A Diretora Guilhermina Ramos informou que a Equipa que realizou a Ação Inspetiva ficou bem impressionada com o Agrupamento, relativamente à Educação Especial e aproveitou para referenciar os aspetos positivos e algumas das recomendações para os aspetos a melhorar, que foram identificados.

Aspetos positivos:

1. Gostaram muito da sala de ensino da Unidade do Ensino Estruturado do Espetro do Autismo, nomeadamente as condições físicas com luz, água e WC próximo, etc.
2. Valorizaram a forma como decorrem as atividades e a integração dos alunos com a escola;
3. Valorizaram a grande satisfação que os pais revelaram e o empenho da direção para encontrar respostas.
4. Mostraram agrado, relativamente às atividades letivas a que assistiram, bem como relativamente ao estágio de um aluno que observaram;
5. Qualidade do apoio da Educação Especial, sobretudo nas UEE;

6. Cuidado em envolver os pais nos CEI;
7. Cuidado nos documentos da Educação Especial e empenho dos Técnicos;

Aspetos a melhorar:

1. Deveriam ser promovidas mais formações a nível interno;
2. Deveriam divulgar mais o que é realizado. Existem uma falha ao nível da comunicação;
3. As estratégias destes Alunos com NEE deveriam ser integradas com o PAA. A falta desta integração origina a não visibilidade do que é feito;
4. Deveria existir uma sala para relaxamento dos alunos da Unidade para poderem descansar, ouvir música, etc.
5. Deveriam ser melhorados os espaços físicos;
6. Deveria ainda ser dada maior visibilidade aos planos curriculares das turmas com uma maior referencia aos alunos com NEE.

A representante dos Pais e Encarregados de Educação, Maura Ribeiro perguntou se a formação referida nos pontos anteriores era apenas destinada a professores. A Diretora Guilhermina Ramos esclareceu que também é destinada a Pais. Maura Ribeiro questionou porque não era também para os Não Docentes. A Diretora considerou que também deveriam ser incluídos apesar de não ter sido feita qualquer recomendação nesse sentido pela equipa da Ação Inspetiva. No entanto, a Educação Especial já realizou ações em que participou o pessoal não docente.

Rui Costa solicitou à Diretora que esclarecesse melhor os aspetos a melhorar relativos aos resultados e ao apoio educativo. A Diretora informou que os resultados e o apoio educativo foram referenciados pela equipa da Ação inspetiva como aspetos positivos e não a melhorar.

A Diretora reforçou uma vez mais que a equipa que realizou a Ação Inspetiva elogiou a Educação Especial e os Técnicos do Agrupamento.

Rui Costa observou que será importante analisar posteriormente após a receção do relatório da Ação inspetiva.

De seguida passou-se ao quinto ponto da Ordem de Trabalhos - Ano letivo de 2017/2018 – informações da Rede Escolar.

A Diretora Guilhermina Ramos começou por afirmar que não tem nada mais a dizer e a acrescentar relativamente ao segundo e ao terceiro ciclos. É um assunto encerrado.

Informou ainda que a Escola Básica Arraiados, do primeiro ciclo – vai fechar porque já no ano passado tinha apenas uma turma de dezassete alunos em que eram lecionados os quatro níveis de ensino, estava isolada e era problemática a continuidade. No ano passado a Câmara Municipal

evitou o fecho, mas este ano a turma existente teria apenas onze alunos. Após reunião entre a Câmara Municipal, a Direção e os Pais foi decidido o fecho da Escola.

A Presidente do Conselho Geral transmitiu as informações dadas pela representante do primeiro Ciclo, no Conselho Pedagógico, sobre este encerramento, salientando que o fecho de uma escola básica isola ainda mais as localidades, mas que é difícil dar continuidade nessas circunstâncias. Além disso, os alunos não têm a possibilidade de interagir devido ao número reduzido dos mesmos. A concentração tem vantagens, mas também desvantagens. De qualquer forma, com o parecer da Câmara Municipal e da DEG EsT, foi decidido encerrar a EB1 de Arraiados, no ano letivo de 2017/2018.

Não havendo mais assuntos a tratar, deu-se por encerrada a reunião, da qual se lavrou a presente ata que vai ser assinada por mim que a secretariei e pela Presidente do Conselho Geral.

O Secretário

O Presidente do Conselho Geral

Rui Costa

Rosária Arroja